

**HISTÓRIA DO
DIREITO PROCESSUAL
BRASILEIRO**
DAS ORIGENS LUSAS À
ESCOLA CRÍTICA DO
PROCESSO

JÔNATAS LUIZ MOREIRA DE PAULA

Professor titular da UNIPAR - Universidade Paranaense
(cursos de graduação e pós-graduação), Coordenador
do curso de Mestrado em Direito da UNIPAR,
Mestre em Direito pela UEL, Doutor em Direito pela UFPR,
Pós-Doutor pela Universidade de Coimbra e Advogado.



Manole

Copyright © Jônatas Luiz Moreira de Paula, 2002
Copyright Editora Manole Ltda., 2002

Projeto Gráfico:
Nelson Mielnik e Sylvia Mielnik

Editoração Eletrônica:
Acqua Estúdio Gráfico

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte deste livro
poderá ser reproduzida, por qualquer processo,
sem a permissão expressa dos editores.
É proibida a reprodução por xerox.

Este livro foi catalogado na CIP.

ISBN: 85-204-1584-9

1ª edição brasileira — 2002

Direitos em língua portuguesa adquiridos pela:
Editora Manole Ltda.
Av. Ceci, 672 – Tamboré
06460-120 Barueri SP Brasil
Fone: (0__ 11) 4196 6000 – Fax: (0_ 11) 4196 6007
www.manole.com.br
info@manole.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

Capítulo I – A epistemologia do Direito Processual

1.1. Introdução.....	1
1.2. Noção de Epistemologia.....	2
1.2.1. A Ruptura Epistemológica	4
1.3. História e Epistemologia Jurídica	10
1.4. A Metodologia Jurídica	12
1.5. Fontes do Direito Processual.....	15
1.6. A Interdisciplinariedade no Direito Processual.....	16

*Vertente Normativa***Capítulo II A Formação do Direito Português**

2.1. Introdução	21
2.2. A Influência do Direito Romano	23
2.2.1. Introdução	23
2.2.2. A Organização Judiciária Romana	28
2.2.2.1. Os Poderes dos Magistrados	30
2.2.3. O Processo no Direito Romano	32
2.2.3.1. A Actio Romana	33
2.2.3.2. Período das Legis Actiones	35
2.2.3.3. Período Per Formulas	46
2.2.3.4. Período da Cognitio Extraordinaria	68
2.2.3.5. O Processo Penal Romano	88
2.3. A Influência do Direito Germânico	88
2.3.1. Os Antecedentes e a Invasão Germânica	88
2.3.2. A Presença Germânica na Península Ibérica	91
2.3.3. A Influência do Direito Processual Germânico	94
2.4. A Influência Moura	97
2.4.1. O “País de Al-Andalus”	97
2.4.2. O Direito na Dominação Moura	99

Capítulo III O Direito Lusitano

3.1. A Independência de Portugal	103
3.1.1. A Reconquista Cristã	103
3.1.2. O Direito do Início do Estado Português	105
3.1.2.1. Período da Individualização	105
3.1.3. O Processo Penal no Início do Estado Português	110
3.2. A Recepção do Direito Romano-Canônico e a Concepção do Direito Comum	112
3.2.1. Origem do Direito Canônico	112
3.2.2. Fatores de Recepção na Península Ibérica	119
3.2.3. O Direito Comum como Fator de Renascimento do Direito Romano-Canônico	121
3.2.4. O Direito Canônico e a sua Estrutura Processual	130

3.3. A fase das Ordenações	139
3.3.1. Fatores Determinantes	139
3.3.2. As Ordenações Afonsinas	144
3.3.2.1. O Processo Penal nas Ordenações Afonsinas	148
3.3.2.2. O Processo Civil nas Ordenações Afonsinas	150
3.3.3. As Ordenações Manuelinas	154
3.3.3.1. Os Antecedentes	154
3.3.3.2. A Técnica e o Conteúdo das Ordenações Manuelinas	156
3.3.3.3. O Processo Penal nas Ordenações Manuelinas	161
3.3.3.4. O Processo Civil nas Ordenações Manuelinas	163
3.3.4. As Ordenações Filipinas	165
3.3.4.1. Antecedentes	165
3.3.4.2. A Técnica e o Conteúdo das Ordenações Filipinas	166
3.3.4.3. A Estrutura Judiciária nas Ordenações Filipinas	167
3.3.4.4. A Ordem do Juízo nos Feitos Crimes	171
3.3.4.5. A Ordem dos Juízos dos Feitos Cíveis	173
3.3.4.6. Algumas Inovações Processuais	176
3.4. A Modernização do Direito Luso	180
3.4.1. O Período Pós-Ordenações	180
3.4.2. O Ciclo Pombalino	187
3.4.2.1. Precedentes Jusfilosóficos	187
3.4.2.2. As Reformas Pombalinas	189
3.4.3. O Período Pós-pombalino até a Independência do Brasil	192

Capítulo IV O Direito Brasileiro

4.1. O Direito Processual no Período Colonial	195
4.1.1. Logo após o Descobrimento	195
4.1.2. As Capitânicas Hereditárias	199
4.1.2.1. A Natureza Jurídica das Capitânicas Hereditárias	203
4.1.3. A Instalação do Governo-Geral	211
4.1.3.1. Alguns Aspectos da Administração da Justiça	212
4.1.3.2. Visão Panorâmica da Estrutura Judiciária do Brasil Colônia ...	216
4.1.3.3. A Produção Jurídica no Brasil Colônia	217
4.2. O Direito Processual no Período Monárquico	219
4.2.1. A Construção do Direito Nacional	219

4.2.2. A Estrutura Judiciária e Processual	222
4.2.3. A Legislação Processual	230
4.3. O Direito Processual no Período Republicano	240
4.3.1. Reformulações na Estrutura Judiciária e Processual	241
4.3.2. O Desenvolvimento da Cultura Jurídica Nacional	245
4.3.3. O Processo no Século XX	246
4.3.3.1. A Revolução de 1930 e seus Reflexos	247

Vertente Ideológica

Capítulo V – A Ideologia Liberal no Direito Processual Brasileiro

5.1. A Ideologia e o Direito	283
5.1.1. A Ideologia e o Liberalismo	284
5.1.1.1. A Ideologia	285
5.1.1.2. O Liberalismo	287
5.2. A Formação Liberal no Brasil Colônia e no Período Monárquico ..	288
5.2.1. O Liberalismo no Período Colonial	288
5.2.1.1. O Sebastianismo e suas Conseqüências	288
5.2.1.2. Marquês de Pombal	290
5.2.1.3. A Revolução Americana	296
5.2.1.4. A Revolução Francesa	300
5.2.1.5. Hipólito da Costa	303
5.2.1.6. Silvestre Pinheiro Ferreira	305
5.2.1.7. O Liberalismo Doutrinário	306
5.2.1.8. A Disseminação do Liberalismo	309
5.2.1.9. Liberalismo Radical e Maçonaria	310
5.3. O Liberalismo na Primeira República	313
5.3.1. Os Fatores Determinantes da República	313
5.3.2. O Federalismo na República	315
5.3.3. A Gênese do Positivismo Brasileiro	316
5.3.4. O Conservadorismo Católico	318
5.4. O Liberalismo na Segunda República	320
5.4.1. O Getulismo	320
5.4.2. A Democratização do País até o Golpe 64	324
5.4.3. Da Repressão à Democratização do País	328

5.5. O Liberalismo na Nova República	331
5.5.1. A Ideologia no Processo Civil	331
5.5.2. Pós-Constituição de 1988	333

Vertente Científica

Capítulo VI – As Escolas e Tendências Científicas no Direito Processual Brasileiro

6.1. Introdução	339
6.2. A Influência da Universidade de Coimbra e do Direito Processual Português	341
6.3. A Escola Germânica	346
6.4. A Escola Italiana	350
6.5. As Escolas Brasileiras	352
6.5.1. Escola Pernambucana	352
6.5.2. A Escola Paulista	354
6.5.3. A Escola Sulista e suas Tendências	356
6.5.3.1. A Escola do Direito Alternativo	357
6.5.3.2. A Escola Paranaense e a Escola Crítica do Processo	358
Referências Bibliográficas	360